

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A N Seguros, S.A. (“N Seguros” ou “Companhia”) foi constituída em 28 de Dezembro de 2007, tendo obtido autorização do Instituto de Seguros de Portugal para explorar os ramos não vida no dia 13 de Dezembro de 2007. Contudo, iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2008, tendo como objectivo o exercício da actividade seguradora “Não Vida”, designadamente o Ramo Automóvel.

A N Seguros, pessoa colectiva n.º 508 310 334, tem a sua sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX- Lote 20, Moreira da Maia, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o mesmo número.

Na sequência do processo de fusão por incorporação da Real Seguros, S.A. na Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Lusitania”), efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2009, o capital da Companhia passou a ser integralmente detido pela Lusitania.

A N Seguros é uma empresa de seguros que desenvolve a sua actividade exclusivamente por via de canais directos, nomeadamente, telefone e internet, sem a intervenção de quaisquer intermediários. Embora autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal a comercializar diversos produtos dos ramos Não-Vida, até à data, a sua actividade tem incidido no Ramo Automóvel (Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas) e, complementarmente a este, nos ramos Assistência e Protecção Jurídica.

Operando no mercado específico dos canais directos, o qual é composto por 4 seguradores, a quota de mercado da N Seguros, no conjunto destas empresas, representou, em 2010, 12,8% (considerando apenas o Ramo Automóvel). Por outro lado, assistimos a um crescimento global de 25%, o que revela a dinâmica e agressividade comercial destas empresas.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2010, foram preparadas e aprovadas a 16 de Março de 2011 pelo Conselho de Administração.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A N Seguros é uma empresa de seguro directo que exerce actualmente a sua actividade apenas num segmento de negócio - o segmento automóvel.

A Companhia disponibiliza uma série de produtos com diversas coberturas, quer sejam obrigatórias como é o caso do ramo de responsabilidade civil”, quer sejam facultativas como as que respeitam aos ramos de “Pessoas Transportadas”, “Assistência” e “Protecção Jurídica”.

No entanto, considerando que as coberturas acima referidas se encontram integralmente dependentes do desempenho específico do seguro automóvel e atendendo à definição de critérios de agregação previsto no parágrafo 12 da IFRS 8, a Companhia considera que esta agregação torna mais objectiva a análise do seu desempenho, passando a apresentar o relato por segmentos como se segue:

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

RUBRICAS	(valores em euros)		
	2010	2009	2008
	Automóvel		
Prémios Adquiridos	11.818.189	10.319.030	3.755.720
Custos com sinistros	-11.884.566	-12.137.318	-4.258.447
Outras provisões e gastos técnicos	1.182.720	-395.306	-2.129.706
Margem Técnica	1.116.344	-2.213.594	-2.632.433
Resultado de Resseguro Cedido	-1.377.322	-560.615	-305.498
Margem Técnica Líquida	-260.979	-2.774.209	-2.937.930
Custos de exploração	-2.787.159	-2.776.565	-5.880.218
Resultado de Exploração	-3.048.137	-5.550.774	-8.818.148
Resultado financeiro	517.373	157.911	258.180
Resultado Técnico	-2.530.764	-5.392.863	-8.559.968
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	79.306	-57.760	-45.729
Imposto s/Rendimento	-1.727	-4.079	-7.923
Resultado Líquido do Exercício	-2.453.186	-5.454.703	-8.613.619

ACTIVO	(valores em euros)		
	2010	2009	2008
	Automóvel		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.041.945	496.528	732.072
Outros investimentos financeiros	17.645.208	19.408.756	9.052.104
Activos financeiros disponíveis para venda	8.495.207	8.208.756	
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.150.000	11.200.000	9.052.104
Outros depósitos	9.150.000	11.200.000	9.052.104
Outros activos tangíveis	1.216.732	1.404.139	1.597.239
Outros activos	3.922.065	615.241	423.136
Total	23.825.950	21.924.664	11.804.550

PASSIVO	(valores em euros)		
	2010	2009	2008
	Automóvel		
Provisões Técnicas	15.903.737	12.920.188	7.222.295
Outros Passivos Financeiros	9.000.000	9.000.000	
Passivos Subordinados	9.000.000	9.000.000	
Outros Credores	1.118.522	908.628	392.768
Passivos por Impostos	225.579	213.233	168.714
Acréscimos e Diferimentos	1.793.663	167.848	134.393
Capital Próprio	-4.215.551	-1.285.233	3.886.381
Total	23.825.950	21.924.664	11.804.550

Atendendo a que todos os contratos celebrados pela Companhia são realizados em Portugal, este é o segmento geográfico em que se insere.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

- 3.1. Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos activos, passivos e rubricas de capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da transacção ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo

reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso destina-se a fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

A Companhia foi autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal, através de cartas de 22 de Dezembro de 2010 e 17 de Março de 2010, a proceder à constituição parcial da provisão para riscos em curso nos exercícios de 2010 e 2009, não tomando em consideração os custos de carácter não recorrente relacionados com o início de actividade da Companhia. Para o ano em referência os custos considerados não recorrentes ascendem a 1,5 M€ (2009: 1,07M€).

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão considera o valor estimado de encargos com sinistros já ocorridos, regularizados mas não liquidados e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que se encontram por regularizar, assim como, dos sinistros ocorridos mas não participados (IBNR).

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas

A provisão para sinistros do ramo Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas actuariais universalmente aceites.

iv) Provisões técnicas de resseguro cedido

Estas provisões são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

b) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, resseguradores e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da conta de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

c) Instrumentos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente e de acordo com o normativo IAS 39.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação:

São activos financeiros adquiridos com o principal objectivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados como cobertura contabilística.

Durante o exercício de 2010, a Companhia adquiriu contratos de Futuros sobre os índices PSI 20 e IBEX 35, não figurando no activo da Companhia à data de 31 de Dezembro, tendo sido registadas valias realizadas decorrentes desta operação na conta de ganhos e perdas (nota 17).

Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui essencialmente depósitos em instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão), respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da conta de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

ii) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respectivo valor de aquisição);
- a Companhia efectua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objecto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de ganhos e perdas.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e que se verifique que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem o empréstimo subordinado concedido pelo accionista único, conforme descrito na Nota 20.

e) Activos fixos tangíveis e intangíveis

i) Activos fixos tangíveis

São registados ao custo histórico de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As depreciações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As depreciações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade dos activos fixos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos fixos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos fixos tangíveis.

ii) Activos fixos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para o uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

f) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respectivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

g) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

h) Provisões não técnicas, activos e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”.

j) Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Actualmente a Companhia só recorre a locações operacionais.

l) Ajustamento de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de Dezembro de 2010 são reflectidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Directo. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP, de base económica.

3.2. Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas

Não se registaram alterações nas políticas e práticas contabilísticas que tivessem impacto significativo nas contas da Companhia.

3.3. Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante os próximos exercícios financeiros

a) Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da N Seguros.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas demonstrações financeiras reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a N Seguros valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.2. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Porém, no que respeita aos impostos diferidos, a IAS 12 apela a um princípio de prudência no que respeita ao seu reconhecimento, quer respeitem a diferenças temporais dedutíveis como a perdas fiscais não utilizadas. Estes activos apenas devem ser reconhecidos até ao ponto em que seja provável que os lucros tributáveis futuros permitirão a utilização destes activos.

Após avaliação de reconhecimento dos impostos diferidos activos, a empresa optou pelo não reconhecimento.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos na conta de ganhos e perdas do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas em rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO

4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro, incluindo, nomeadamente:

As políticas contabilísticas adoptadas seguem os princípios descritos na Nota 3 deste Anexo.

Para efeito de comparação de dados inclui-se o ramo “Pessoa Transportadas” no ramo Automóvel

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as provisões de balanço apresentavam a seguinte composição:

	(valores em euros)			
	2010			
	Automóvel	Protecção Jurídica	Assistência	Total
Provisão para prémios não adquiridos				
Prémios não adquiridos	3.511.517	123.541	400.211	4.035.268
Custos de aquisição diferidos (Nota 3.9 c))	-528.236	-18.584	-60.204	-607.024
Provisão para sinistros:				
Provisão para sinistros declarados	9.797.761			9.797.761
Provisão para IBNR	1.171.471			1.171.471
Provisão para despesas com regularização de sinistros	163.970			163.970
Provisão para riscos em curso (Nota 3.9 f))	1.328.309	3.298	10.684	1.342.291
Provisões de balanço - Passivo	15.444.791	108.254	350.691	15.903.737
Provisões técnicas de resseguro cedido				
Provisão para prémios não adquiridos			518.823	518.823
Provisões de balanço - Activo			518.823	518.823
(valores em euros)				
	2009			
	Automóvel	Protecção Jurídica	Assistência	Total
Provisão para prémios não adquiridos				
Prémios não adquiridos	3.544.902	137.024	350.353	4.032.279
Custos de aquisição diferidos (Nota 3)	-595.606	-23.022	-58.866	-677.494
Provisão para sinistros:				
Provisão para sinistros declarados	5.601.408			5.601.408
Provisão para IBNR	1.139.757			1.139.757
Provisão para despesas com regularização de sinistros	299.228			299.228
Provisão para riscos em curso (Nota 3)	2.525.011			2.525.011
Provisões de balanço - Passivo	12.514.699	114.001	291.488	12.920.188
Provisões técnicas de resseguro cedido				
Provisão para prémios não adquiridos	47.438		278.836	326.274
Provisões de balanço - Activo	47.438		278.836	326.274

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Os reajustamentos na provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores, apresentados no anexo 2.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os “Custos com sinistros” apresentavam a seguinte composição:

(valores em euros)			
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros 2010
Seguro Directo			
Automóvel	9.387.648	2.367.324	11.754.972
Responsabilidade Civil	7.085.308	1.952.130	9.037.437
Outras coberturas	2.302.340	415.194	2.717.535
Protecção jurídica	30.568		30.568
Assistência	99.025		99.025
	9.517.242	2.367.324	11.884.566

(valores em euros)			
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros 2009
Seguro Directo			
Automóvel	7.516.419	4.578.960	12.095.378
Responsabilidade Civil	5.202.913	3.761.528	8.964.441
Outras coberturas	2.313.505	817.432	3.130.937
Protecção jurídica	11.675		11.675
Assistência	30.264		30.264
	7.558.358	4.578.960	12.137.318

A rubrica Montantes Pagos de 2010 e 2009 inclui os custos de gestão imputados, nos valores de 998.458 Euros e 355.201 Euros, respectivamente.

À semelhança dos reajustamentos, também os custos com sinistros do exercício decorreram dentro do normal funcionamento da Companhia.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Nos exercícios de 2010 e 2009 a composição da rubrica montantes pagos por anos de ocorrência é a seguinte:

(valores em euros)

2010				
Montantes Pagos	Prestações	Sinistros reembolsados	Custos de gestão imputados	Total
Do exercício	7.532.006	-1.524.942	656.642	6.663.707
Do exercício n-1	3.519.865	-1.166.265	341.816	2.695.416
Do exercício n-2	172.546	-14.428		158.119
Total	11.224.417	-2.705.634	998.458	9.517.242

(valores em euros)

2009				
Montantes Pagos	Prestações	Sinistros reembolsados	Custos de gestão imputados	Total
Do exercício	7.472.173	-1.869.511	355.201	5.957.863
Do exercício n-1	2.211.384	-610.889		1.600.495
Total	9.683.557	-2.480.400	355.201	7.558.358

Nos exercícios de 2010 e 2009 a desagregação da variação da provisão para sinistros por anos de ocorrência é a seguinte:

(valores em euros)

2010					
Variação da provisão para sinistros	Prestações	Custos de gestão de sinistros	Sinistros a reembolsar	IBNR	Total
Do exercício	7.505.042	-128.845	-2.478.606	-77.488	4.820.103
Do exercício n-1	-943.928	-8.667	-1.544.342	109.202	-2.387.734
Do exercício n-2	10.125	2.254	-77.424		-65.045
Total	6.571.239	-135.258	-4.100.371	31.714	2.367.324

(valores em euros)

2009					
Variação da provisão para sinistros	Prestações	Custos de gestão de sinistros	Sinistros a reembolsar	IBNR	Total
Do exercício	7.207.545	270.270	-2.460.725	722.285	5.739.376
Do exercício n-1	-641.772	28.958	-551.822	4.221	-1.160.416
Total	6.565.773	299.228	-3.012.546	726.506	4.578.960

4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:

a) Objectivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- Risco de Provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- Risco de Sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- Risco de Retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a destruição de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros, são transferidos para um ressegurador (ou um conjunto de resseguradores).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a N Seguros tem realizado um esforço para diversificar o seu negócio por segmento de clientes.

- b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efectuadas, concentrações de risco e sinistros efectivos comparados com estimativas anteriores

Quadro 1 – Número de sinistros reais versus estimados por ramo

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efectuadas em 2009 aos valores efectivamente verificados, apurou-se:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

Ocorrência	Provisão IBNR 31/12/2009	Custos Sinistros IBNR 2010	Suficiência
2008		-23.631	23.631
2009	1.281.021	946.850	334.170
Total	1.281.021	923.219	357.802

Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RC D Materiais			RC D Corporais		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2008-1T	0	0	0	0	0	0
2008-2T	0	1	-1	0	1	-1
2008-3T	0	2	-2	0	0	0
2008-4T	1	5	-4	1	2	-1
2009-1T	6	6	0	0	1	-1
2009-2T	7	13	-6	1	3	-2
2009-3T	15	18	-3	2	1	1
2009-4T	272	277	-5	7	19	-12
Total	301	322	-21	11	27	-16

Nota:

O N.º de sinistros abertos, em 2010, relativo a anos anteriores está fortemente influenciado por atrasos verificados em 2009, assim como pela necessidade, de desdobrar sinistros que, no ambiente informático anterior a 30 de Junho, tinha como IDS Mistos (dois tipos de responsabilidade), em dois processos no ambiente Lusitania.

Com o objectivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Companhia, optou-se por efectuar uma alteração na taxa de sinistralidade, onde se concluiu que uma variação 5 pontos percentuais nesta variável, relativamente a sinistros do exercício, implica uma alteração mais que proporcional em 23% no resultado da empresa.

- 4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objectivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.

A N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de Mercado

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de mismatching entre activos e passivos. Trata-se de um risco que, antes de expurgar o efeito de diversificação, tem um peso de cerca de 46,3% do total do risco da Companhia (valor apurado com base no exercício QIS 5).

O elevado risco de concentração, que contribui com cerca de 71% para o risco de mercado da companhia advém sobretudo da grande concentração dos depósitos bancários.

Como forma de mitigar o risco acima descrito, estão a ser avaliadas alternativas de reinvestimento do montante referente ao empréstimo subordinado, dando integral cumprimento às regras de dispersão e diversificação impostas pela Norma Regulamentar n.º 13/2003, conforme autorizado pelo ISP a 28 de Dezembro de 2010.

Na N Seguros a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

O risco de mercado encontra-se, essencialmente, em território português ou da União Europeia.

Analisando a componente obrigacionista da carteira da Companhia, ao longo de 2010 a sensibilidade da carteira a variações de 1 p.p da taxa de juro de mercado aumentou ligeiramente de 1.7 para 1.8. Por exemplo, a subida em 1p.p. da taxa de juro traduzir-se-ia, em Dezembro de 2010, numa desvalorização da carteira total de 1.8%.

Considera-se que a carteira apresentava um nível de risco de mercado baixo, no final de 2010, comparando com alguns índices de referência no mercado, e fundos de obrigações das diversas classes:

EFFAS > 1 Ano (dívida pública): duration a Dez-2010 de 6.218.

Generali Euro Bond Fund (dívida corporate): duration a Dez-2010 de 4.44.

Nordea Euro High Yield: duration a Dez-2010 de 3.44.

Ainda, foi decisão de gestão manter, ao longo do ano, níveis de duration baixos e risco de mercado relativamente reduzido, na expectativa de se verificar uma tendência de subida da taxa de juro do mercado, com impacto negativo na carteira.

N- Seguros	Dez-09	Jun-10	Dez-10
<i>Duration</i>	1.7	1.3	1.8

- Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, tomadores de seguros e resseguradores.

No seguimento da análise efectuada no ponto acima e no que respeita a este risco, ao longo de 2010 o spread médio da carteira aumentou de 76 bps para 313 bps, e a nota de rating diminuiu de A para A-, denotando um aumento do risco de crédito da carteira. A crise soberana que se verificou na Europa, e que atingiu sobretudo os países periféricos, como Portugal e Espanha, veio provocar o aumento do risco de crédito dos Estados e da generalidade das empresas nestes países, que se reflectiu, igualmente, em sucessivas reduções de ratings dos emitentes. O aumento do prémio de risco exigido aos emitentes em carteira, sobretudo instituições financeiras da zona ibérica e a exposição da carteira a dívida Portuguesa, traduziu-se na deterioração do risco de crédito para níveis mais altos, no final do ano.

N- Seguros	Dez-09	Jun-10	Dez-10
<i>Spread médio</i>	76	291	313
<i>Rating médio</i>	A	A-	A-

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Durante os exercícios de 2010 e 2009, a N Seguros apresentou movimentos contabilísticos com diversos resseguradores, os quais detinham os ratings da Standard & Poor's abaixo mencionados:

RESSEGURADORES	2010
ASSURANCES MUTUELLES GMF PER TARSIS	Api(*)
EUROP ASSISTANCE	NR
HANNOVER RUCK	AA-
MAPFRE RE	AA
MUNCHENER RUCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT	AA-
NACIONAL REASEGUROS PER AON BENFIELD	A+
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A-
PARTNER RE PER AON BENFIELD	AA-
R+V PER AON BENFIELD	A+
SCOR IBERICA LTD	A
SWISS RE EUROPE SUCURSAL ESPANHA	A+

RESSEGURADORES	2009
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	Api(*)
EUROP ASSISTANCE	NR
HANNOVER RUCK	AA-
MONDIAL ASSISTANCE (ELVIA)	AA-
MUNCHENER RUCK	AA-
NACIONAL REASEGUROS PER AONRÉ BERTOLDI	A+
ODYSSEY RE PER AONRÉ BERTOLDI	A-
PARTNER RE PER AONRÉ BERTOLDI	AA-
R+V PER AONRÉ BERTOLDI	A+
SCOR IBERICA SUCURSAL PER AONRÉ BERTOLDI	A
SECURA BELGIAN RÉ	A

(*) Não tem rating pelo facto de ser uma mútua de seguros. A Standard & Poor's atribui uma classificação com base na informação divulgada publicamente (Api-rating "A" based on public information).

- Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas. Este risco, calculado com base no exercício QIS 5, tem um peso de cerca de 0,9% do Risco de Mercado (antes de aplicado o factor de diversificação).

- Risco Operacional

Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, representando cerca de 14,1% do risco total da Companhia (valor calculado com base no exercício QIS5). Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.

Foi implementado um modelo redundante de gestão de sistemas de informação que permite à companhia o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra disrupção na continuidade do negócio.

A gestão estratégica de activos é decidida pelo Conselho de Administração em conformidade com a estratégia empresarial aprovada e executada pela Direcção Executiva, tendo em conta que os mesmos devem ser realizados dentro de um prudente equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

A política de gestão de risco da Companhia assenta no princípio da gestão integrada do risco (*risk management*) enquanto ferramenta de gestão estratégica, geradora de valor, a qual aporta vantagens competitivas, materializando-se na organização através da:

- Cultura de risco – envolvendo diversas áreas técnicas e operacionais da Companhia;
- Consideração de critérios de gestão de risco na tomada de decisões a nível estratégico, operacional e de controlo;
- Ligação do risco aos processos de negócio e suporte, os quais são transversais à actividade;
- Existência de uma dimensão de controlo.

1.º Nível – Estratégico:

A gestão integrada de riscos tem como objectivos, num primeiro nível:

- A avaliação dos riscos;
- A definição do *risk appetite* e da *risk tolerance*;
- A integração do risco no processo de tomada de decisões estratégicas.

2.º Nível – Operacional:

- Num segundo nível, por sua vez, teremos as funções de risco e controlo, responsáveis por definir a política de *risk management* e implementar os processos e ferramentas de avaliação, monitorização e gestão.

3.º Nível – Controlo:

- Por último, o controlo associado a questões de compliance, a estratégia, processos, políticas e procedimentos definidos.

- 4.4. Quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período relativamente a activos de resseguro e as razões que suportam essa imparidade.

Não se verificaram durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 perdas de imparidade relativamente a activos de resseguro.

- 4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

As provisões para sinistros avaliadas pelo Actuário Responsável revelaram uma margem de conforto que permite fixar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2010.

Em relação à suficiência das tarifas, embora claramente mais ajustadas que nos exercícios anteriores, importam referir que os prémios revelaram-se insuficientes face aos custos decorrentes da actividade.

- 4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.

	2010	2009
Prémios brutos emitidos	11.821.178	11.137.927
Custos com sinistros SD	10.886.107	11.782.117
Custos imputados função sinistros	998.458	355.201
Custos de exploração	2.787.159	2.776.565
Resultado técnico	-2.530.764	-5.397.199
Rácio de sinistralidade	92,09%	105,78%
Rácio de despesas	32,02%	28,12%
Rácio combinado	124,11%	133,90%
Rácio operacional	-21,41%	-48,46%

O exercício de 2010 ficou marcado por um esforço de homogeneização de sistemas e processos decorrente do processo de integração da Real Seguros, S.A. na Lusitania, Companhia de Seguros S.A.

Tal facto, aliado a um contexto de grande competitividade entre as empresas de seguros cujo modelo de distribuição assenta no canal directo, não permitiu um incremento mais significativo ao nível da produção da Companhia, o qual se situou nos 6,1% face ao ano transacto.

No entanto, verificou-se uma melhoria significativa do rácio de sinistralidade em 13,7 pp. face a 2009, em consequência das medidas implementadas ao longo do ano e que visaram uma melhor selecção e segmentação do risco, assim como, por via do esforço efectuado na regularização e encerramento de processos de sinistros, resultando na libertação de provisões.

Este esforço de encerramento de processos teve os seus reflexos ao nível dos custos imputados à função sinistros, os quais sofreram um acréscimo de 181,1% face ao exercício de 2009.

O rácio combinado revela uma melhoria de 9,79 pp.

O rácio operacional mantém-se negativo, mas com uma recuperação de 27,05 face ao exercício de 2009.

- 4.7. Montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros:

O valor que consta nas demonstrações financeiras, não considerando os reembolsos da convenção IDS, é de 11.466.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 Em 31 de Dezembro de 2010 as participações e instrumentos financeiros da Companhia, classificados como “Activos Financeiros detidos para venda”, apresentam a seguinte composição:

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

ordenacao_titulo	Moeda	Quantidade	Valor total de aquisição	Valor do mercado	Juros decorridos	Valor de balanço	Reserva de justo valor	Imparidade
Títulos nacionais								
Instrumentos de capital e unidades de participação								
Ações								
BRISA	EUR	8.005	40.749	41.778	0	41.778	1.029	
GALP-ENERGIA,SGPS	EUR	1.807	19.599	25.912	0	25.912	6.313	
PORTUGAL TELECOM, SGPS.	EUR	4.935	42.051	41.355	0	41.355	-695	
SONAE SGPS (NOM)	EUR	53.867	48.458	42.016	0	42.016	-6.442	
Unidades de participação em fundos de investimento								
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários								
BPI LIQUIDEZ	EUR	2.861	19.907	19.958	0	19.958	51	
Títulos de dívida								
De dívida pública								
BILHETES DO TESOURO-CZ-18.03.2011	EUR	165.000	162.088	163.573	0	163.573	-643	
BILHETES DO TESOURO-CZ-18.11.2011	EUR	50.000	47.733	47.890	0	47.890	-116	
BILHETES DO TESOURO-CZ-21.10.2011	EUR	165.000	160.477	158.695	0	158.695	-2.654	
BILHETES DO TESOURO-CZ-23.09.2011	EUR	165.000	161.106	159.783	0	159.783	-2.139	
OT - 3.35% (15.10.2015)	EUR	100.000	99.820	89.710	707	90.417	-10.151	
OT - 5% - JUNHO - 2002/2012	EUR	187.000	201.971	188.088	5.098	193.186	-6.289	
OT - 5.45% - SETEMBRO - 1998/2013	EUR	80.000	89.017	81.052	1.183	82.235	-5.217	
OT-3.6%-15.10.2014	EUR	200.000	198.542	187.140	1.519	188.659	-11.827	
OT-4.45%-15.06.2018	EUR	100.000	100.397	88.130	2.426	90.556	-12.199	
OT-4.8%-15.06.2020	EUR	90.000	87.594	78.039	2.355	80.394	-9.645	
De outros emissores								
BANCO BPI RENDIMENTO MAIS 2007	EUR	163.000	160.685	160.555	141	160.696	-1.132	
BANCO BPI-3% OB.HIP.SR.6-17.07.09/12	EUR	100.000	99.202	95.665	1.373	97.038	-3.692	
BANCO BPI-SUP.REN.FIXO CR.3AN.30.06.2012	EUR	250.000	250.000	251.550	0	251.550	1.550	
BANCO BPI-SUP.REN.FIXO CR.5AN.30.06.2014	EUR	250.000	250.000	254.800	0	254.800	4.800	
BANCO BPI-SUPER REND.FIXO 2AN.30.06.2011	EUR	250.000	250.000	249.575	0	249.575	-425	
BANCO BPI-TX.VAR.-25.01.2010/2012	EUR	100.000	99.900	94.500	340	94.840	-5.447	
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	EUR	80.000	76.809	59.903	139	60.042	-17.807	
BCP-3.75%-17.06.2011	EUR	50.000	50.350	48.407	1.012	49.419	-1.676	
BES-5.625%-05.06.2014	EUR	100.000	105.598	86.000	3.221	89.221	-17.918	
BES-TV-25.02.2013	EUR	100.000	99.841	84.609	204	84.813	-15.285	
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-3.25%-27.7.2012	EUR	50.000	49.940	46.879	699	47.578	-3.089	
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV.(03.05.2012)	EUR	100.000	97.301	90.917	209	91.126	-7.724	
PARPUBLICA - 3.5% - 08.07.2013	EUR	100.000	99.740	90.651	1.688	92.339	-9.188	
Títulos estrangeiros								
Instrumentos de capital e unidades de participação								
Ações								
BOLSAS Y MERCADOS ESPANOL	EUR	1.953	42.287	34.822	0	34.822	-7.465	
EDP RENOVAVEIS-PUBLICO EM GERAL	EUR	700	5.003	3.036	0	3.036		-1.967
GAS NATURAL SDG	EUR	3.331	52.063	38.273	0	38.273	-13.789	
OBRASCON HUARTE LAIN	EUR	1.920	37.210	43.536	0	43.536	6.326	
TELEFONICA	EUR	2.493	49.059	42.294	0	42.294	-6.765	
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários								
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários								
BPI EUROPA LUX	EUR	7.800	85.839	84.341	0	84.341	-1.498	
BPI HIGH INC CLI	EUR	36.870	250.642	250.089	0	250.089	-553	
BPI MONETARIO CURTO PRAZO	EUR	137.987	692.199	692.371	0	692.371	172	
BPI OPPORTUNITIES CLI	EUR	12.140	85.429	85.393	0	85.393	-36	
JUPITER GLOBAL FD-EURO GRO I	EUR	2.673	51.051	50.650	0	50.650	-401	
MANDARINE VALEUR -I	EUR	12	51.434	50.499	0	50.499	-935	
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	EUR	16.011	327.752	343.434	0	343.434	15.683	
ODDO AVENIR EUROPE-B	EUR	0	46.663	47.765	0	47.765	1.102	
Odey Invest Funds PLC - Pan European Fund	EUR	766	162.612	168.396	0	168.396	5.783	
REYL GLOBAL - EUROPEAN EQTYS - I	EUR	219	49.451	50.884	0	50.884	1.433	
Títulos de dívida								
De dívida pública								
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.5%-31.10.2013	EUR	80.000	80.202	76.968	334	77.302	-3.208	
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4.3%-31.10.2019	EUR	80.000	81.423	73.968	575	74.543	-7.389	
BONOS Y OBLIG.ESTADO-4.85%-31.10.2020	EUR	160.000	169.748	152.144	1.297	153.441	-17.407	
BUNDESOBLIGATION-1.75%-09.10.2015	EUR	140.000	140.541	139.692	658	140.350	-831	
BUNDESREPUB.DEUTCHLAND-2.5%-04.01.2021	EUR	100.000	95.388	96.210	240	96.450	816	
FRANCE (GOVT OF) - 3.75% - (25.04.2017)	EUR	100.000	100.064	106.485	2.568	109.053	6.432	
NETHERLANDS GOVERNMENT-3.25%(15.07.2015)	EUR	60.000	59.316	63.483	903	64.386	3.992	
De outros emissores								
AKZO NOBEL SWEDEN FIN-7.75%-31.01.2014	EUR	100.000	113.070	114.673	7.092	121.765	5.912	
ALPHA CREDIT GROUP-3.875%-17.09.2012	EUR	100.000	99.657	90.250	1.115	91.365	-9.556	
AUTOSTRAD SPA-5% (9.6.2014)	EUR	100.000	105.780	104.693	2.808	107.501	642	
BANCO POPOLARE SC-TV-27.01.2012	EUR	100.000	99.902	99.161	340	99.501	-786	
BANCO POPOLARE SCARL-3.75%-07.08.2012	EUR	100.000	99.625	100.375	1.500	101.875	573	
BANIF FINANCE(CAY)-TV-05.22.2012	EUR	44.000	42.570	39.351	64	39.414	-3.914	
BAYER CAPITAL CORP-4.625% - 26.09.14	EUR	100.000	105.142	107.632	1.216	108.848	3.937	
BES FINANCE LTD-TV. (08.02.2011)	EUR	100.000	99.141	99.610	172	99.782	-327	
BMW FINANCE NV-4%-17.09.2014	EUR	50.000	49.901	52.475	575	53.050	2.549	
BRITISH TELECOM - 5.25% (23.06.2014)	EUR	150.000	148.458	160.680	4.121	164.801	11.747	
CASINO GUICHARD PERR-5.5%-30.01.2015	EUR	50.000	49.964	54.143	2.524	56.666	4.168	
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS-4.5%(27.05.2011)	EUR	252.000	254.416	252.950	6.773	259.723	-359	
CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014	EUR	100.000	99.523	97.300	463	97.763	-2.330	
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	EUR	100.000	100.162	94.940	1.973	96.913	-5.182	
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	EUR	100.000	99.417	91.922	2.582	94.504	-7.589	
EFG HELLAS PLC - TV. (15.03.2011)	EUR	67.000	66.666	66.048	72	66.120	-905	
EFG HELLAS PLC-4.375%-11.02.2013	EUR	100.000	99.245	79.530	3.872	83.402	-20.017	
ENAGAS-3.25%-06.07.2012	EUR	50.000	49.982	50.858	792	51.650	866	
ENI SPA - 4.125%(16.09.2019)	EUR	50.000	49.716	50.020	599	50.619	266	
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	EUR	100.000	99.868	90.290	3.820	94.110	-9.585	
GE CAPITAL EURO FUND-4.75%-30.07.2014	EUR	100.000	100.547	105.683	2.004	107.687	5.293	
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	EUR	50.000	49.929	47.410	379	47.789	-2.521	
MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014	EUR	100.000	103.920	102.982	3.188	106.170	254	
PORT.TELECOM INT.FIN.-3.75%(26.03.2012)	EUR	50.000	50.926	50.378	1.438	51.816	-68	
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	EUR	80.000	79.922	71.970	625	72.594	-7.955	
PORTUGAL TELECOM INT FIN-6%-30.04.2013	EUR	100.000	107.859	104.826	4.027	108.853	24	
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	EUR	100.000	100.202	97.811	1.15	98.626	-2.382	
REPSOL INTL FINANCE-6.5%-27.03.2014	EUR	100.000	110.194	108.993	4.968	113.961	2.025	
SANTANDER INTL DEBT SA-TV-27.10.2013	EUR	100.000	99.756	97.137	448	97.585	-2.629	
Total Geral		6.704.351	8.619.708	8.405.955	89.253	8.495.207	-194.042	-1.967

Os critérios de imparidade encontram-se referidos na nota 3.

No exercício de 2010 a Companhia adquiriu Contratos de Futuros, classificados como activos financeiros detidos para negociação, sobre os índices PSI20 e IBEX 35, não figurando no activo da empresa à data de 31 de Dezembro.

Os ganhos/perdas decorrentes destas operações foram contabilizados em ganhos e perdas (Nota 17).

6.2 EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos a prazo:		
Banco Montepio Geral (MG)	9.000.000	9.000.000
Banco Português de Negócios (BPN)	-	2.000.000
BPI Gestão de Activos (BPI)	-	200.000
	<u>9.000.000</u>	<u>11.200.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 a Companhia detém um depósito a prazo no MG, contratado pelo prazo de um ano à taxa de 2,5%, que se vence a 30/04/2011.

Os juros decorridos perfazem o valor de 150.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 os depósitos a prazo constituídos junto do MG, BPN e BPI encontravam-se remunerados às taxas de 0,88%, 0,75% e 1,46% ao ano, e venceram-se em 24 de Março, 6 de Janeiro e 29 de Março de 2010, respectivamente.

8. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e seus equivalentes	-	250
Depósitos à ordem:		
Banco Montepio Geral (MG)	742.454	-
Banco Comercial Português (BCP)	141.475	142.425
Banco Português de Negócios (BPN)	158.017	353.853
	<u>1.041.945</u>	<u>496.528</u>

(Ver Nota 30)

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações anteriores	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.859	50.959					25.482		127.417
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas eléctricas	9.074	3.630					1.815		3.629
Equipamento informático - Computadores	34.558	23.039	8.539				14.364		5.694
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	308.575					154.285		1.079.990
Total	1.790.341	386.202	8.539				195.946		1.216.732

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações anteriores	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.859	25.477					25.482		152.900
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas eléctricas	9.074	1.815					1.815		5.444
Equipamento informático - Computadores	34.558	11.520					11.518		11.520
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	154.290					154.285		1.234.275
Total	1.790.341	193.102					193.100		1.404.139

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

11. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a afectação dos investimentos e outros activos pode ser resumida como segue:

(valores em euros)

	2010		
	Seguros não vida afectos	Não afectos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.041.945		1.041.945
Outros investimentos financeiros	17.645.208		17.645.208
Activos financeiros disponíveis para venda	8.495.207		8.495.207
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.156.804		2.156.804
Títulos de dívida	6.338.404		6.338.404
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.150.000		9.150.000
Outros depósitos	9.150.000		9.150.000
Outros activos tangíveis	243.346	973.386	1.216.732
Outros activos		3.922.065	3.922.065
Total	18.930.499	4.895.451	23.825.950

(valores em euros)

	2009		
	Seguros não vida afectos	Não afectos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	496.528		496.528
Outros investimentos financeiros	19.408.756		19.408.756
Activos financeiros disponíveis para venda	8.208.756		8.208.756
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.545.008		2.545.008
Títulos de dívida	5.663.748		5.663.748
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.200.000		11.200.000
Outros depósitos	11.200.000		11.200.000
Outros activos tangíveis	280.828	1.123.311	1.404.139
Outros activos	5.711	609.531	615.241
Total	20.191.822	1.732.842	21.924.664

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento nas rubricas de outros activos intangíveis foi o seguinte:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software Informático	418.931	279.270	50.549				156.478		33.732
Total	418.931	279.270	50.549				156.478		33.732

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software Informático	418.931	139.640					139.630		139.661
Total	418.931	139.640					139.630		139.661

13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ACTIVO

EM 31/12/2010

		(valores em euros)			
CONTAS	DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490	Ajustamentos de Recibos por Cobrar	97.346		96.313	1.033
Total					

EM 31/12/2009

		(valores em euros)			
CONTAS	DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490	Ajustamentos de Recibos por Cobrar	39.586	57.760		97.346
Total					

No exercício de 2010 a rubrica de Ajustamentos de Recibos por Cobrar foi actualizada mediante a aplicação de um rácio médio de anulações ao valor dos prémios devidos que se encontravam em cobrança. Ver nota 3.

14. PRÉMIOS DE CONTRATO DE SEGURO

Os prémios adquiridos de seguro directo ascenderam no exercício de 2010 ao valor de 11.818.189 Euros, representando um aumento face ao exercício anterior na ordem dos 14,53%.

	(valores em euros)	
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos
Seguro Directo		
Automóvel	10.286.868	10.313.113
Responsabilidade Civil	7.120.087	7.091.322
Outras coberturas	3.166.780	3.221.792
Protecção jurídica	361.908	375.391
Assistência	1.172.403	1.129.685
Total	11.821.178	11.818.189

EM 31/12/2009

	(valores em euros)	
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos
Seguro Directo		
Automóvel	9.822.851	9.107.153
Responsabilidade Civil	6.505.888	5.951.992
Outras coberturas	3.316.962	3.155.161
Protecção jurídica	366.089	335.892
Assistência	948.988	875.985
Total	11.137.927	10.319.030

Considerando o actual enquadramento accionista da N Seguros e com o objectivo de facilitar a análise dos resultados consolidados, procedeu-se, no ano em referência, à redistribuição por ramos dos indicadores da Companhia conforme distribuição por ramos adoptada pela Lusitania, permitindo assim uma análise mais coerente e objectiva.

16. RENDIMENTOS/RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

As políticas de reconhecimento dos réditos de investimentos são descritas na Nota 3.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(valores em euros)		
	2010		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável		29.756	29.756
Títulos de rendimento fixo	209.362		209.362
Empréstimos concedidos e contas a receber	190.171		190.171
	399.534	29.756	429.290

	(valores em euros)		
	2009		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável		2.205	2.205
Títulos de rendimento fixo	84.655		84.655
Empréstimos concedidos e contas a receber	114.968		114.968
	199.623	2.205	201.828

17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2010 e de 2009, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)					
	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação (Nota 6)	19.801	-40.861	-21.060			
Derivados detidos para negociação	19.801	-40.861	-21.060			
Activos financeiros disponíveis para venda	419.154	-67.988	351.166	51.647		51.647
Instrumentos de capital e unidades de participação	392.517	-66.966	325.551	45.725		45.725
Títulos da dívida	26.637	-1.022	25.614	5.922		5.922

18. GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Não existem ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor uma vez que os únicos activos detidos no exercício pela Companhia, classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas, foram Derivados detidos para Negociação e foram alienados ainda no decorrer do 1º Trimestre.

Relativamente aos Activos Financeiros detidos para venda, os ajustamentos são reconhecidos na reserva de reavaliação, e apenas se encontra registada em ganhos e perdas uma perda por imparidade no valor de 1.967 Euros (Nota 6.1).

20. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o saldo desta rubrica (9.000.000 Euros) corresponde a um empréstimo subordinado concedido pela Real Seguros, S.A. (actual Lusitania – Companhia de Seguros, S.A.).

O contrato foi firmado em 30 de Dezembro de 2009, e vence juros à taxa Euribor a 6m acrescida de 1% nos primeiros cinco anos e de 2% nos anos seguintes, e não tem data de reembolso definida.

No exercício de 2010 o valor de juros decorrentes deste empréstimo totalizou o valor de 182.646 Euros.

21. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Nos exercícios de 2010 e 2009 a composição desta rubrica é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2010	2009
Custos com o Pessoal (Nota 22)	652.840	439.412
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Electricidade	-10.407	173.807
Combustíveis	2.642	6.736
Água	457	-
Impressos	3.828	35.677
Material de escritório	11.526	15.333
Livros e documentação técnica	81	-
Conservação e reparação	1.141	4.139
Rendas e alugueres	153.454	80.944
Despesas de representação	225	2.512
Comunicação	170.915	183.534
Deslocações e estadas	11.225	4.670
Seguros	16.042	10.264
Custos c/trabalho independente	-	1.739
Publicidade e propaganda	690.690	696.888
Limpeza, higiene e conforto	11.925	16.636
Contencioso e notariado	915	1.539
Vigilância e segurança	39.758	55.896
Trabalhos especializados	1.395.045	986.634
Quotizações da actividade	13.476	14.383
Gastos com cobrança de prémios	81.387	73.844
Outros	154	247
Impostos e taxas	116.795	106.446
Depreciações e amortizações do exercício		
Activos intangíveis (Nota 12)	156.478	139.630
Outros activos tangíveis (Nota 10)	195.946	193.100
Juros suportados	183.257	-
Comissões	25.235	13.910
Total	3.925.028	3.257.922

Face à variação verificada entre 2009 e 2010 de algumas rubricas, interessa salientar o seguinte:

Em 2009, e no que se refere ao custo com electricidade, o edificio sede da N Seguros era abastecido por um gerador a gasóleo, o que inflacionou, necessariamente, este custo. Em 2010 o edificio passou a ser partilhado entre a N Seguros e a Lusitania com taxas de ocupação de 35% e 65% respectivamente e reflexos ao nível dos custos de utilização/manutenção. O valor credor apresentado nesta rubrica decorre de acertos em valores provisionados no exercício de 2009, cujo documentos de suporte não tinham sido obtidos à data.

Quanto aos trabalhos especializados, interessa referir que o profundo processo de reestruturação levado a cabo em 2010, nomeadamente, ao nível da integração/migração para o sistema informático da Lusitania, impacta significativamente nesta rubrica.

A variação verificada ao nível dos juros suportados está relacionada com o empréstimo subordinado realizado a 30 de Dezembro de 2009 (9 M€).

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Na demonstração de ganhos e perdas os gastos gerais foram imputados da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2010	2009
Custos com sinistros (Nota 4)	998.458	355.200
Custos de aquisição	1.778.256	1.879.436
Custos administrativos	938.432	931.948
Custos de gestão de investimentos	209.881	91.338
Total	3.925.028	3.257.922

22. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2010 e 2009 a Companhia teve em média 18 e 7 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2010	2009
Direcção	1	1
Chefias não comerciais	1	1
Técnicos	2	1
Administrativos	14	4
Número médio de trabalhadores	18	7

A composição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2010 e 2009 é a que seguinte:

	(valores em euros)	
GASTOS COM PESSOAL	2010	2009
Remunerações:		
Orgãos Sociais	215.033	117.027
Pessoal	326.162	215.919
Encargos sobre remunerações	98.672	68.674
Seguros obrigatórios	2.815	1.944
Gastos de acção social	5.533	4.289
Outros gastos com pessoal	4.625	31.558
Total	652.840	439.412

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as rubricas de activos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2010	2009
Activos por impostos correntes		
Imposto do selo		13.739
Taxa FGA		2.316
Taxa INEM		3.061
Reembolsos Segurança Social	334	
Pagamentos por conta	23.183	
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	5.573	108
Total	29.091	19.224
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	1.727	4.079
Retenções na fonte	15.246	9.655
Imposto de selo	91.705	95.220
Taxa FGA	47.451	45.528
Taxa INEM	38.395	39.403
Taxa ISP	14.623	14.407
Contribuições para a Segurança Social	16.433	4.941
Total	225.579	213.233

O montante reconhecido em activos por impostos correntes em 2009, referente ao Imposto de selo, FGA e INEM respeitam essencialmente a valores a deduzir aos montantes a pagar das mesmas taxas, decorrentes de rectificações e anulações de recibos.

No exercício de 2010 o reconhecimento destas taxas foi considerado pelo saldo das respectivas contas, resultando em valores a pagar e que se encontram discriminados nas respectivas rubricas em Passivos por impostos correntes.

Foi calculado para o exercício de 2009, respeitante a imposto a pagar decorrente de tributação autónoma, o valor de 4.079,38 Euros, tendo o mesmo sido corrigido em 2010 para o valor de 5.167,29 Euros, valor pago à data de 31 de Maio de 2010, tendo se registado insuficiência de estimativa de impostos reconhecido em Ganhos e perdas.

A Companhia apurou, no exercício de 2010, um resultado líquido negativo após impostos no valor de 2.453.186 Euros.

O montante de imposto a pagar no exercício de 2010 refere-se à tributação autónoma, sendo o valor de 1.727 Euros.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Em 31 de Dezembro de 2010 a Companhia tinha prejuízos fiscais estimados como se segue:

	(valores em euros)
	2010
Prejuízos fiscais	
Exercício de 2008	6.259.688
Exercício de 2009	6.618.111
Exercício de 2010 *	3.620.077
	<u>16.497.876</u>

* O prejuízo fiscal estimado de 2010 inclui 1.166.892 Euros relativos a diferenças temporárias

Após avaliação sobre o reconhecimento dos impostos diferidos activos, a Companhia optou pelo não reconhecimento, na observação do princípio da prudência (nota 3).

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Companhia é integralmente detido pela Lusitania - Companhia de Seguros, S.A., estando representado por 2,5 milhões de acções com o valor nominal de 5 Euros cada e integralmente realizado.

26. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2010	2009
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	-194.043	283.090
Total	<u>-194.043</u>	<u>283.090</u>

27. RESULTADOS POR ACCÇÃO

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Companhia apresenta os seguintes resultados por acção:

	(valores em euros)	
	2010	2009
Resultado Líquido do Exercício	-2.453.186	-5.454.704
Número total de acções (Nota 25)	2.500.000	2.500.000
Resultado por acção	-0,981	-2,182

A N Seguros, S.A. é detida a 100% pela Lusitania – Companhia de Seguros, S.A.

Não é aplicável o conceito de resultados por acção diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

29. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A N Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 era detida a 100% pela Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., cujo capital é detido em 64,22% pelo Montepio Geral - Associação Mutualista, 25,65% pela Caixa Económica Montepio Geral, 5,37% pela Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A. e 4,76% por restantes accionistas.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Nos exercícios de 2010 e 2009 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direcção Executiva:

(valores em euros)	
2010	
Conselho de Administração	
Remunerações	157.500
Encargos sociais	16.323
Outras remunerações (senhas presença)	
Conselho Fiscal	7125
ROC	47.593 *
	<u>228.541</u>
Direcção Executiva	
Remunerações	65.000
Encargos sociais	14.502
	<u>79.502</u>

* valor dos serviços prestados com IVA incluído

(valores em euros)	
2009	
Conselho de Administração	
Remunerações	64.982
Encargos sociais	12.000
Outras remunerações (senhas presença)	23.328
ROC/Fiscal Único	28.718
	<u>129.027</u>
Direcção Executiva	
Remunerações e encargos	26.457
	<u>26.457</u>

Os honorários com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 47.593 Euro, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas, a revisão do reporte semestral e anual efectuado pela Companhia à Caixa Económica Montepio Geral, a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP, a revisão do relatório enviado pela Companhia ao ISP sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Nos exercícios referidos as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

(valores em euros)				
2010				
	SPA	Lusitania	MG	Total
Activo				
Depósitos à ordem			742.454	742.454
Empréstimos e contas a receber			9.000.000	9.000.000
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
Passivo				
Passivos Subordinados		9.000.000		9.000.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações		707.871		707.871
Ganhos e Perdas				
Fornecimentos e Serviços Externos	-55.200	-106.488		
Juros de depósitos a prazo			186.490	
Juros de empréstimo subordinado		-182.646		

(valores em euros)				
2009				
	Real Seguros	Lusitania	MG	Total
Activo				
Empréstimos e contas a receber			9.000.000	9.000.000
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.285			3.285
Passivo				
Passivos Subordinados	9.000.000			9.000.000
Outros credores por op. de seguros e outras op.		1.468		1.468
Ganhos e Perdas				
Fornecimentos e Serviços Externos	-10.264			-10.264

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas com base nos valores de mercados nas respectivas datas.

30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstrações de fluxos de caixa em anexo.

36. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Por carta datada de 15 de Dezembro de 2010 e com efeito a 28 de Janeiro de 2011, o Senhor Dr. Renato Pedro Menino Duarte Homem, renunciou às funções de Vogal do Conselho de Administração.

Não existem eventos subsequentes relevantes adicionais após a data de fecho.

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

37.1.1 Outros devedores por operações de seguros e outras operações

	(valores em euros)	
	2010	2009
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO:		
Contas de cobrança líquido provisão para prémios em cobrança (Nota 13)	1.430.484	34.671
Reembolsos de sinistros	1.205	20.604
Reembolsos - Outros	46.073	750
Convenção IDS	1.745.859	37.050
Total	3.223.621	93.075
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
CONTAS A RECEBER POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Operações com o pessoal	1.770	
Outros	88.582	10.654
Total	90.352	10.654

A rubrica de contas de cobrança relativo ao exercício de 2010 inclui o valor dos prémios em cobrança referente à receita antecipada não cobrada, diferindo do método utilizado nos exercícios anteriores em que esta receita era relevada, em termos contabilísticos, apenas quando se tornava receita efectiva.

Desta forma, os valores apresentados em 2010 e 2009 distanciam-se significativamente, pelo que crescemos a informação, para efeitos comparativos, de que o valor da receita antecipada em 31 de Dezembro de 2009 perfazia o valor de 1.774.396 Euros.

O valor de 1.430.484 euros indicado nesta rubrica engloba o valor 1.392.788 referente à receita antecipada indicado na nota 37.2.3.

Relativamente ao IDS Credor, nos exercícios de 2008 e 2009 os registos contabilísticos eram efectuados após emissão dos respectivos recibos.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

No exercício de 2010 a contabilização passou a ser efectuada também em função da constituição da provisão respectiva.

Com efeito, o custo com sinistros abrangidos no âmbito da convenção IDS, cuja responsabilidade não é atribuível ao condutor do veículo seguro na N Seguros é, na sua totalidade, registado na contabilidade como se de um sinistro sem IDS se tratasse.

Ao longo do exercício existem processamentos de IDS credor que reembolsam a Companhia dos custos relativos aos sinistros neles tratados. Contudo, existe uma franja de sinistros em curso, cujos custos se mantêm embutidos nas contas da Companhia, aos quais é necessário atribuir um valor com vista a mitigar o seu efeito contabilístico.

Assim, a N Seguros passou a determinar o valor relacionado com os citados sinistros em curso ou pendentes de reembolso, ao qual subtrai a perda unitária média apurada desde a origem da Companhia multiplicada pelo número de processos nestas circunstâncias. Desta forma, é obtido o valor de reembolso esperado dos processos IDS credor a registar na respectiva conta de outros devedores.

37.1.2 Outros credores por operações de seguros e outras operações

	(valores em euros)	
	2010	2009
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO:		
Estornos a pagar	1.121	5.744
Reembolsos de sinistros	35.812	
Prémios recebidos antecipadamente		172.781
Total	36.934	178.525
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Total	299.278	192.492
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Fornecedores	22.474	438.890
Outras operações com o pessoal	616	198
Outros devedores e credores	759.221	98.524
Total	782.311	537.611

A rubrica de “Prémios recebidos antecipadamente” não apresenta saldo à data de 31 de Dezembro de 2010 face à nova política seguida pela Companhia de contabilização da receita antecipada, deixando de fazer sentido a sua existência. Os prémios cobrados antecipadamente passaram a ser contabilizados como receita, anulando-se o proveito através da provisão para prémios não adquiridos.

Em 2010 a rubrica “fornecedores” apresenta um saldo bastante inferior comparando com o exercício de 2009. Esta situação foi provocada pelo atraso na recepção das facturas relativas ao mês de Dezembro, reflectindo-se assim na conta de “Acréscimos de gastos” pela especialização de custos esperados (ver nota 37.2.3).

O incremento verificado em “Outros devedores e credores” no exercício de 2010 deve-se essencialmente a saldo a liquidar junto da Lusitania, decorrente da prestação de serviços e outros.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

37.1.3 Acréscimos e diferimentos

	2010	2009
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos		
Juros de depósitos à ordem	101	24
Gastos diferidos		
Seguros	2.151	1.716
Outros gastos diferidos	24.194	18.903
	<u>26.446</u>	<u>20.643</u>
Rendimentos diferidos		
Receita antecipada *	1.392.788	
Acréscimos de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	66.955	28.967
Outros acréscimos de gastos	333.919	138.881
	<u>1.793.663</u>	<u>167.848</u>

*Ver comentário na nota 37.1.1

37.1.4 Margem de Solvência

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor em cada exercício económico de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos.

Em 31 de Dezembro de 2010 a Companhia estava a cumprir os requisitos de margem de solvência (135,73%) e fundo de garantia.

37.1.5 Capitais Próprios – Art.35º

Em 31 de Dezembro de 2010 a Companhia apresenta Capitais Próprios negativos no valor de 4.215.551 Euros (em 2009 o valor dos Capitais Próprios estava negativo em 1.285.233 euros), estando o Conselho de Administração obrigado a dar provimento ao estatuído no art.35º do Código das Sociedades Comerciais.